

INDÚSTRIAS KLABIN DO PARANÁ DE CELULOSE: A SOCIOGÊNESE DO PROJETO POLÍTICO- EMPRESARIAL (1930-1940)

Maurício Gonçalves Margalho¹

RESUMO: Este artigo sobre história social de empresas partiu de um estudo de caso sobre o grupo empresarial Klabin, particularmente no que se relaciona ao investimento nas Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A (IKPC). Levando em conta que as relações sociais são relações políticas e que, portanto, se relacionam com a luta entre frações de classe dominante pela hegemonia no aparelho de Estado, o nosso estudo tem como escopo analisar os empresários Wolff Klabin e Horácio Lafer. Não como empreendedores, mas, sobretudo, através da dimensão política que envolveu suas relações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Empresariado. Industrialização. Política.

ABSTRACT: This article about social history of the enterprises came from a study case the Klabin enterprise group, particularly on what relates to the investments on 'Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A' (pulp industries). Considering that social relations are political and, therefore, relate to the struggle between factions of the ruling class for the hegemony on the state's system, the scope of our study is to analyze the businessmen Wolff Klabin and

¹ Professor de História da rede pública do Estado do Rio de Janeiro, lecionando para turmas do ensino fundamental. Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Doutorando em História Social no PPGH/UFF, na linha de pesquisa sobre a Economia Capitalista. Pós-graduando associado ao Núcleo de Pesquisas Sobre Estado e Poder no Brasil (Nupep), coordenado pela Prof.^a Dr.^a Sonia Regina de Mendonça – orientadora. Faz parte, também, do Laboratório de História Econômico-social da Universidade Federal Fluminense.

Horácio Lafer, not as entrepreneurs and visionaries, but mainly through the political dimension that involved their social relations.

KEYWORDS: Entrepreneurs. Industrialization. Politics.

I – Empresa, empresários, relações sociais e luta de classes

O desenvolvimento empresarial da Klabin relaciona-se diretamente com a ascensão da segunda geração da família no Estado, sob a liderança da tríade Horácio Lafer, Samuel Klabin e Wolff Klabin. O primeiro momento de edificação de uma base orgânica voltada para preparar a ação na sociedade política pelos industriais acima, durante o início dos anos 1930, foi marcado por um período de crise. Não somente no cenário econômico, devido a depressão, mas ainda, em meio a uma instável conjuntura de crise política. Nesse caso, cumpre observar que se por um lado a crise econômica e política foi prejudicial para algumas classes sociais, para KIC essa conjuntura foi bastante favorável. A ascensão política dos donos das empresas Klabin-Lafer aos circuitos institucionais que emergiram a partir dos anos 1930 está associada à acumulação de um significativo capital político. Esse fortalecimento empresarial relaciona-se ao processo de organização das frações das classes industriais, através de seus intelectuais orgânicos na sociedade civil, com o propósito de formular um projeto hegemônico para a sociedade política.²

A estratégia política usada pelos empresários do grupo para ascender a uma posição de liderança de uma fração de classe industrial do setor industrial produtor de celulose e papel teve

² O capital político é um capital simbólico representado na forma de crença, reconhecimento, prestígio social acumulado por um agente – pessoa ou instituição. As relações sociais são o meio pelo qual circula a produção e/ou acumulação simbólica desse capital. O capital simbólico é essencialmente social e cultural e se expressa na amplitude da rede de contatos construída, assim como no grau de influência dos agentes que a compõem. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004., p. 187, 190-193.

como ponto de partida uma ampla movimentação no complexo superestrutural formado pela sociedade civil e sociedade política, de modo sedimentar às bases sociais que seriam os alicerces de seu poder político.

A ação política de Horácio Lafer³ e Wolff Kabin dava-se na sociedade civil assim como na sociedade política, posto que na prática tais empresários industriais, decerto, reconheciam que os fundamentos para a elaboração de um projeto hegemônico dependeria de sua inserção nos múltiplos canais de participação política. Desde 1934 que na Federação Industrial do Rio de Janeiro em Firj, emergia a partir do pensamento político-social do empresariado, a ideia de missão orgânica das classes produtoras, que seria cuidar da “organização social, econômica e política do Brasil”.⁴

As evidências disponíveis sugerem que esse ofício indica a organização de uma ação política, uma vez que tinha como propósito assegurar para Wolff Klabin a ocupação do espaço na FIRJ, à qual Wolff associou-se em 20 de novembro de 1934. A atuação política deste empresário, neste órgão da sociedade civil,

³ O empresário Horácio Lafer teve uma longa trajetória social na vida pública. Quando, em 1934, se formou o Partido Constitucionalista, liderado por Armando Sales de Oliveira, Horácio ingressou na nova legenda, sendo eleito deputado federal em outubro de 1934 por São Paulo, iniciando a legislatura em maio de 1935. Durante o Estado Novo, Lafer retornou a se dedicar a suas atividades empresariais no grupo Klabin-Lafer, não deixando, porém, o exercício das atividades públicas. “Foi membro da delegação brasileira presente à III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada no Rio, de 13 a 28 de janeiro de 1942, encontro do qual resultou o rompimento de relações diplomáticas entre o Brasil e os países do eixo.” A partir de 1943, Lafer fez parte do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, se mantendo no cargo até 1950. Após 1945, com o retorno das organizações partidárias, ele se filiou ao Partido Social Democrático, ao qual se manteve vinculado por toda sua vida. Tornou a se eleger Deputado em dezembro desse ano. Exerceu outras atividades, tendo sido Ministro da Fazenda no Segundo Governo Vargas. Cf. Verbete Biográfico no *Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FVG. s./d. – versão em multimídia.

⁴ Biblioteca da Firjan. *Federação Industrial do Rio de Janeiro. Atas da Diretoria*. 20 nov. 1934.

assim como a de Horácio Lafer na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Confederação Nacional de Indústria (CNI), Instituto De Organização Racional do Trabalho (Idort) e, posteriormente, no Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda (Ctef), materializava-se como uma luta pela consagração como liderança orgânica no interior dos instrumentos de poder, de modo a garantir, para sua classe social, a institucionalização dos seus projetos nas estruturas políticas do Estado Restrito.⁵

O reconhecimento das classes industriais de que, para consolidar a hegemonia, era importante a ocupação dos postos avançados no interior da sociedade civil, decerto foi uma das percepções partilhadas pela Klabin, que buscava exercer a política da empresa através de uma crescente participação dos seus empresários na política.⁶

Cabe ressaltar, entretanto, que a ascensão econômica e política do referido grupo empresarial ocorreu em uma conjuntura na qual a economia brasileira passava por mudanças em sua estrutura produtiva, de modo que o complexo agrário-exportador perdia a sua hegemonia para o eixo produtivo urbano-industrial,⁷ que ascendia, aproveitando-se inclusive da emergência da expansão das atividades ligadas ao mercado interno, o que muito beneficiou o setor industrial⁸. Contudo, para que a burguesia industrial se fortalecesse, ela não poderia prescindir de uma ativa participação política. Sua estratégia era a guerra de posição no Estado Integral. Para tanto, entendemos que é essencial pensar

⁵ LEOPOPLDI, Maria Antonieta Parahyba. *Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 79.

⁶ Biblioteca da Firjan. *Ata da Assembléia da Federação Industrial do Rio de Janeiro*, realizada em 17 de setembro de 1936.

⁷ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 35.

⁸ OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. *A Evolução do Sistema Financeiro na época Vargas*. 1974, 67 f., Monografia (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 1974. p. 5.

a Klabin como grupo empresarial a partir de suas ações como agentes políticos e econômicos. O conceito de grupo econômico é central para pensarmos as representações da Klabin nesse sentido. Para o referido autor, grupo econômico é entendido “como ‘conjunto estável e relativamente poderoso de firmas interligadas pelo capital e o poder de decisão de dirigentes comuns’”.⁹ Explicando a aplicação desse conceito no estudo de História Social das Empresas, destaco as elucidativas palavras de Martins:

Empresa aqui é tomada não como sinônimo de estabelecimento e sim de grupo de estabelecimentos interligados e o empresário como dirigente principal quanto ao poder de decisão. Pelo conceito de grupo alcancei a base real de atuação do empresário e, neste caso, a dimensão social adequada da sua ação.¹⁰

Com base nesse conceito, buscamos definir a Klabin como grupo econômico, uma vez que pretendemos frisar que a história social de uma empresa tem uma estreita relação com a atuação social e, portanto, política dos empresários. Nesse caso, a atuação do grupo econômico está além dos limites de empresa, e se estende para o Estado Ampliado. Entendemos que Wolff Klabin e Horário Lafer desempenhavam, por meio de suas ações no complexo sociedade civil/sociedade política, o papel de dirigentes do grupo e executores-organizadores da ação político-social dos interesses de frações da burguesia industrial do setor de celulose e papel no Estado pós-1930. No que se refere ao mercado interno, a burguesia industrial do setor produtivo do papel buscava se afirmar valendo-se do mito da burguesia nacional e, portanto, exigia que o mercado nacional para artigos de papel lhe fosse reservado. Destacamos duas correspondências recebidas pela Firj, em 20 de novembro de 1936, citadas na ata da referida federação:

⁹ QUEIROZ, 1962 apud MARTINS, José de Souza. *Empresário e empresa na biografia do Conde Matarazzo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1967. p. 14.

¹⁰ MARTINS, José de Souza, op. cit., p. 14.

Carta remetida ao Sindicato dos Industriais de Papel apresentando congratulações pela medida adotada quanto à utilização obrigatória do papel nacional nas repartições públicas; carta do Sindicato dos Industriais de Papel agradecendo as congratulações enviadas pela Federação no tocante à medida tomada pela Comissão de Padronização do Material do Expediente das Repartições Federais quanto ao uso obrigatório do papel nacional nos fornecimentos do Governo da União.¹¹

Assim, para os interesses da burguesia industrial do setor produtivo do papel não se tratava somente de assegurar o mercado nacional para os seus interesses econômicos, mas, sobretudo, de garantir um lastro político para que fosse possível obter do Estado o apoio necessário para proteger a integridade de seus interesses. O que fez com que a KIC, como representante de frações de classe industrial, tivesse como ponto de partida uma ação estratégica que estivesse além do espaço da fábrica. Para os empresários da Klabin:

O Crescimento de uma empresa só é sólido quando corresponde, com ousadia e lucidez, ao que os novos tempos estão pedindo. Foi o que aconteceu com a Klabin nos anos [1930]. São Paulo e o Brasil, que se transformavam, nela encontrariam respostas ágeis e ousadas. Nas ruas, os postes de luz elétrica e as buzinas dos carros prenunciavam a modernidade. O País inteiro se agitava. Mulheres exigiam voto, educadores clamavam por reformas no ensino, trabalhadores por condições mais justas, empresários por medidas que beneficiassem a indústria nacional e não apenas a velha oligarquia do café.¹²

Nesse sentido, a gradativa inserção na grande política foi a forma pela qual a Klabin buscou organizar os próprios métodos

¹¹ Biblioteca da Firjan. *Federação Industrial do Rio de Janeiro. Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor*, realizada em 20 de Novembro de 1936.

¹² *Klabin 100 Anos*. Dezembro, 1999. p. 13. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN. Jundiaí.

de ação através de uma crescente participação nas agências que compõem o complexo superestrutural do Estado Ampliado. A ação organizada somente resulta em uma acumulação do poder político quando, esta, consegue atuar sobre as relações sociais em seu conjunto, ampliando sua posição de dominação nas agências que formam as conexões entre sociedade civil e sociedade política. Em outras palavras, quanto mais ampla for a influência política dos industriais nas instituições do Estado por meio de suas lideranças orgânicas,¹³ tanto maior e mais sólida será a dominância exercida por essa classe no interior da superestrutura jurídico-política que compõe o poder institucionalizado do Estado, permitindo, assim, que ela venha emergir como classe dirigente.¹⁴

Isso implica negar o caráter débil e frágil da burguesia industrial brasileira, que embora não tivesse assumido a condição de classe dirigente no decorrer do primeiro governo Vargas, nem por isso, deve receber o epíteto de lhe foi passado por uma historiografia de matriz dependentista e liberal. Portanto, embora os industriais já tivessem, desde a Primeira República, cerrado fileiras nos seus respectivos aparelhos privados e na sociedade política para, a partir deles, defender os seus interesses de classe, foi somente na conjuntura que se abriu a partir de 1930 que a classe industrial pôde ascender a uma participação mais ativa no Estado Integral.

Em outras palavras, somente a partir desse período que a burguesia industrial teve condições de implementar realmente suas formulações classistas, obtendo uma maior participação em agências Estatais. Entidades de classe como Firj, CNI e Fiesp criaram uma ossatura orgânica que foi bastante eficaz para obter ressonância junto às frações das classes dirigentes com as quais conseguiam apoio aos seus projetos. Assim, em 10 de julho de 1936, Wolff Klabin estava terminando seu mandato do Conselho de Diretor da FIRJ. Ele participou da eleição na qual Guilherme

¹³ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. v. 2. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

¹⁴ POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977. p. 40.

Guinle, Mário de Andrade Ramos e Raymundo Ottoni de Castro Maia foram escolhidos como representantes classistas. O que indica que este empresário tinha participação relevante na FIRJ e, por conseguinte, na então Capital Federal, onde mantinha contato com demais representantes da classe industrial.

II – A Klabin Irmãos & Cia e o Estado Novo: negócios, economia e política

A conjuntura instável que atingiu o liberalismo enquanto paradigma político dominante criou as condições para que a burguesia industrial tivesse uma participação mais ativa no interior de um bloco no poder que culminou na emergência de um sistema político autoritário no Brasil a partir de 1937.

Portanto, não se deve interpretar o autoritarismo do Estado Novo como uma restrição à atividade política do empresariado, fazendo uma leitura vertical do poder estatal e desconsiderando que o Estado é uma relação social. As relações políticas passaram a se dar, cada vez mais, no interior desse Estado autoritário que buscou representar os anseios das muitas classes que formavam a ossatura orgânica do bloco no poder, responsável pela intermediação das relações de classe nas malhas de um regime cesarista, que representaria a nação brasileira, simbolizando os interesses coletivos.

As classes dirigentes apenas sustentariam a sua dominação se criassem um “Estado Autoritário [que tivesse] uma doutrina em torno da qual [se pudesse] postular a existência de um consenso de opinião nacional.”¹⁵ Se sobre as classes trabalhadoras a coerção foi determinante para dispersar, tanto opositores quanto aqueles seguimentos que relutavam em aderir ao projeto autoritário, o mesmo não poderia se aplicar como método de resolução das contradições internas ao próprio Estado. Os conflitos interestatais não poderiam ser resolvidos pela predominância da variável coerção, nesse caso, somente a criação de um consenso nacional

¹⁵ AMARAL, Antonio José Azevedo do. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. José Olympio Editora, 1938. p. 191.

entre as muitas classes e frações de classes dominantes, que se relacionavam com o poder – seja como dirigentes, seja como dirigidos – permitiria evitar uma crise orgânica capaz de romper a estrutura política.

Nas palavras de Azevedo Amaral:¹⁶

O único partido admissível no atual regime é o partido do Estado e, como este se acha identificado com a coletividade nacional, esse partido é constituído pela própria Nação. [...] [No] Estado autoritário, o eixo da sua organização estrutural e o foco de irradiação do seu dinamismo é o próprio Chefe da Nação. [...] O golpe de Estado de 10 de Novembro foi a nossa primeira revolução-constructiva.

A participação mais ativa da burguesia industrial no Estado se fortaleceu com a maior inserção dos intelectuais orgânicos de seus aparelhos privados de hegemonia¹⁷ nos órgãos consultivos que exerceram, na sociedade política, um importante papel na luta pelo poder, uma vez que permitia aos industriais encaminharem ao executivo seus pareceres sobre questões relativas à política econômica. Assim, a imbricação das esferas pública e privada se inseria no estratagema de penetração política dos industriais nas arenas institucionais do Estado Autoritário de modo a influenciar na formulação das políticas públicas que orientariam, a implantação do modelo produtivo urbano-industrial.

¹⁶ Idem, p. 192, 277, 279.

¹⁷ Aparelhos de hegemonia – privados ou não, imprensa, círculos de cultura, propaganda, escolas, universidades, etc. A classificação que usamos, diferenciando *Aparelhos Privados de Hegemonia* (APH) de *Aparelhos de Hegemonia* (AH) relaciona-se à busca de solução para um problema conceitual. Em Gramsci, o modelo de APH não é tutelado por sociedade política, sendo por isso um órgão privado da classe ou fração que o controla e através dele e de seus intelectuais orgânicos, organiza e educa a vontade política da classe. No governo Vargas o Estado Restrito impôs tutela sobre a sociedade civil, atrelando os órgãos de classe ao seu controle e regulamentação. Em resposta a esse problema, usamos o conceito de AH para indicar as associações de classe que não se assemelham ao modelo de APH, pois estavam sujeitas à intervenção.

Horácio Lafer teve um papel de destaque como representante industrial. A ação política de Lafer e Wolff Klabin tem uma dimensão que não pode ser entendida de forma dissociada, posto que ambos eram sócios no empreendimento que culminou com a construção do complexo urbano-industrial da Klabin no Estado do Paraná, com a ajuda de Manuel Ribas e Getúlio Vargas, respectivamente interventor do Estado do Paraná e Presidente da República.

A brecha que se abriu para a transformação da estrutura econômico-social brasileira, durante o primeiro Governo Vargas, viabilizou a gradativa ascensão do pólo produtivo urbano-industrial como eixo dinâmico da economia e de uma participação mais ativa da burguesia industrial no complexo superestrutural formado por sociedade civil e política através de uma sistemática composição de aparelhos privados, nas quais os industriais formavam as lideranças encarregadas de assumir o papel de intelectuais orgânicos durante o processo de hegemonização¹⁸ das aspirações políticas e econômicas de sua classe e frações. A preocupação com o equilíbrio orçamentário presente nos discursos do deputado Horácio Lafer indicava uma ação política pela qual se buscava definir as prioridades para o investimento dos recursos do Estado. Portanto, Lafer indicava a preocupação em delimitar, de forma mais objetiva, o montante de investimento que deveria ser aplicado, propriamente, na produção fabril.

Entretanto, Lafer pensava a questão da implementação de políticas públicas voltadas para a industrialização não apenas

¹⁸ Tratou-se de um processo lento, posto que não foi concluído durante o Estado Novo. Entretanto o período Autoritário foi importante para que a burguesia industrial pudesse compor uma unidade orgânica, da qual surgiram as lideranças que, de dentro das superestruturas que compunham as engrenagens político-sociais do Estado, criar as condições políticas para atender seus interesses de classe. Embora não se possa afirmar que a ditadura Estadonovista representou um momento no qual o empresariado industrial tornou-se hegemônico, não se pode, entretanto, negar que foi a partir das instituições autoritárias que se formou, entre as burguesias industriais, as condições para uma adesão orgânica em torno de um projeto hegemônico que seria construído no interior do bloco no poder do qual as lideranças dessa classe faziam parte.

no que se refere aos planos orçamentários. No que se refere à preocupação com as condições de saúde da classe trabalhadora, cumpre observar que a Klabin exercia uma política assistencialista para com os seus empregados que, em alguns casos, se conciliava com uma pedagogia assistencial-sanitária. Isso implica sustentar que, ao mostrar-se preocupado com a saúde dos trabalhadores e, por conseguinte, em criar as condições pelas quais fossem possíveis explorar a potencialidade da força de trabalho fabril em toda a sua plenitude. Destacamos, a título de exemplo, uma parte do relatório do Boletim da Manufatura Nacional de Porcelanas, que estava, desde 1931, sob a gestão Klabin:

Quando se tem em vista a assistência sanitária, é mister, antes de mais nada, evitar as moléstias, até porque é mais fácil evitá-las que remediá-las. Para consegui-lo, no nosso caso, todo o esforço deve ser posto no sentido de ensinar o operário a defender a própria saúde, ministrando-lhe ensinamentos transmitidos por profissionais competentes. Qualquer empregado, quer categorizado, quer operário, quando falta ao serviço por doença passa pela Secção do Pessoal, para apanhar guia para o Serviço de Clínica Médica. Aí examinado, ou é licenciado ou é encaminhado ao Serviço Especializado.¹⁹

A preocupação de Lafer com as funções do crédito e, inclusive, com a organização do sistema bancário, não pode ser explicada apenas pelo caráter dos interesses econômicos da KIC, empresa da qual ele era sócio e representante em um dos espaços da sociedade política, atuando como parlamentar. O referido industrial preocupava-se em apresentar as propostas de saneamento das finanças, que segundo ele, teria como meta apoiar a produção. É imprescindível levarmos em conta que, desde 1934, estava em andamento a transação entre a KIC e o Banco do

¹⁹ *Boletim da Manufatura*, Ano 9, outubro-1956, nº 6. Edição Especial Comemorativa do Aniversário da Administração Klabin: 25 anos (1931-1956), *Manufatura Nacional de Porcelanas*. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN. p. 25.

Estado do Paraná (BEP), por meio da qual a primeira compraria a propriedade de 144 mil hectares, localizada no município do Tibagi, interior do Paraná com o propósito de construir a fábrica de celulose e papel imprensa. No discurso pronunciado por Lafer, encontramos o modo pelo qual ele abordava a sua perspectiva sobre o papel do crédito:

É pois a situação econômica que concorrerá, que determinará o saneamento das nossas finanças; e situação econômica se resume em produção. Como produzir bem e muito – este deve ser o programa de todos os governos. É ao crédito que todos os países recorrem para manter o seu progresso, para desenvolver todas as fontes ainda não utilizadas da produção.²⁰

É interessante observar que muitas das demandas presentes nos discursos deste deputado foram atendidas pelo governo Vargas. Horácio Lafer indicava que cabia ao sistema bancário subsidiar o processo de industrialização. Sabemos que “o sistema bancário exerceu papel importante na assistência ao desenvolvimento industrial da época Vargas”,²¹ e que o empresariado industrial foi uma das classes que mais se beneficiou com o financiamento. Entretanto, isso não deve ser compreendido como uma benesse estatal que emergiu como política pública para auxiliar uma burguesia frágil e, portanto, incapaz de assegurar os próprios interesses. O surgimento de uma política creditícia para contemplar a burguesia industrial deve-se às pressões que emanavam das lideranças orgânicas das diversas frações desta classe, com a qual o chefe da nação tinha que dialogar, posto que seria impossível governar sem o apoio dos industriais.

O Banco do Brasil foi o executor dessa política creditícia, embora somente após 1936

²⁰ LAFER, Horácio. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações, 1988 (Organização e Seleção de Celso Lafer). p. 429.

²¹ OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de, op. cit. p. 45.

com o funcionamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil é que podem ser encontradas cifras que exprimem os empréstimos concedidos à indústria por aquela instituição de crédito. Os termos do ofício do Banco do Brasil dirigido ao Conselho Federal do Comércio Exterior em 1941, esclarecem que a referida carteira, até àquela época, já havia colocado em mãos dos produtores do país a elevada soma de Rs. 1.613.880:351\$50 assim distribuída: empréstimos agrícolas (685.112:276\$20), empréstimos pecuários (479.710:878\$70) e empréstimos industriais (449.057:196\$60).²²

Não obstante, o montante destinado ao setor fabril seja menor, ainda assim os industriais foram, em termos relativos, a classe empresarial que mais se beneficiou com o sistema de crédito, sobremaneira quando levamos em conta “que o número de empresas manufatureiras era bem inferior às existentes no setor agrícola e pecuário.”²³A respeito da cobertura creditícia, o grupo Klabin-Lafer foi beneficiário do Banco do Brasil, que financiou a empresa *Sociedade Anônima Indústrias Klabin do Paraná*, constituída em 20 de outubro de 1934, em São Paulo. Assim como os demais empresários industriais, havia da parte do grupo Klabin a compreensão de que um empreendimento da envergadura que se pretendia executar no estado do Paraná dependia de um montante de investimento que estava além das possibilidades da *Klabin Irmãos & Cia*, seria, portanto, preciso a abertura de uma linha de crédito para torná-lo exequível.²⁴

²² OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de, op. cit. p. 44-45.

²³ Idem, ibidem, p. 45. Beauclair destaca, ainda, que os bancos privados forneciam, através de suas carteiras comerciais, crédito capaz de suprir em boa medida as demandas dos ramos manufatureiros. Cumpre observar que, ao usar o termo manufatureiro, Beauclair refere-se ao setor fabril. OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. *Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed., 1992. p. 86.

²⁴ Não se tratava tão somente da obtenção das condições para a compra da maquinaria para equipar a fábrica e da contratação de mão de obra especializada (que veio do exterior), o que por si constituiria uma elevada cifra em investimento. Seria preciso o fornecimento de todo um complexo

As evidências disponíveis indicam que, para assegurar e mesmo ampliar as bases sociais da dominação política nos espaços das relações sociais, a Klabin buscou consolidar seu poder político atuando na sociedade civil e na sociedade política, particularmente em São Paulo e na Capital Federal. É mister abordar o que sabemos sobre Samuel Klabin. A trajetória desse empresário aponta que ele foi “um dos mentores do projeto de construção da primeira fábrica integrada de celulose e papel imprensa no Brasil, denominada Indústrias Klabin do Paraná de Celulose”.²⁵ Porém, a dimensão do técnico no setor produtivo papelero não impediu seu desempenho na esfera das relações sociais, que são, sobretudo, políticas. Samuel Klabin intermediou para o empreendimento fabril no Paraná o apoio de Getúlio Vargas e Arthur de Souza Costa²⁶ – Ministro da Fazenda. Partindo da socioanálise e do mapeamento das relações desses industriais, acreditamos ser necessário e, até mesmo, indispensável, reforçar que os empresários não podem ser estudados tão somente como agentes econômicos, e que é importante analisá-los como agentes políticos.²⁷

infraestrutural, que implicava na construção e/ou ampliação de ramais ferroviários e de rodovias e, inclusive, urbanização. A soma de todas essas variáveis em investimento fez com que a Klabin tivesse, junto a sua unidade fabril no Paraná, uma verdadeira cidade-empresa, alterando definitivamente a paisagem local. Segundo Rosélia Piquet, o núcleo habitacional construído nas proximidades do complexo fabril em Monte Alegre “chegou a apresentar as características de uma *company-town*, uma vez que continha, além das moradias, todos os equipamentos urbanos essenciais, abrigando a totalidade do pessoal ligado às atividades fabris.” PIQUET, Rosélia. *Cidade-Empresa: presença na paisagem urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 80. Outro excelente trabalho sobre a construção dessa estrutura urbana preparada para atender ao empreendimento Klabin no Estado do Paraná pode ser lido em FERNANDES, Hellê Velozo. *Monte Alegre, Cidade Papel*. São Paulo: Símbolo S.A. Indústrias Gráficas, 1973.

²⁵ Cf. Biografia de SAMUEL KLABIN, elaborada pelo ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN. p. 13. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

²⁶ Exercício de 24/07/1934 a 29/10/1945.

²⁷ Não obstante, essa posição de liderança da Klabin tivesse consolidada ao final dos anos 1940, a segunda geração somente sentiria a consagração dessa

O investimento da Klabin na construção de uma fábrica de celulose e papel no Estado do Paraná foi sem dúvida um empreendimento bastante arriscado. Sobretudo quando levamos em conta que a compra das máquinas ocorreu durante a Segunda Guerra, o que explica o fato de que a Indústria Klabin do Paraná somente foi concluída em 1947. Por que o grupo econômico Klabin aceitou investir na construção desse complexo fabril em meio a uma instável conjuntura de guerra? Acreditamos que a explicação está nas próprias necessidades que se acentuaram nos períodos de crise. Entendermos que ao acentuar os riscos de uma escassez de papel, a crise econômica chamou a atenção da sociedade política para a importância de investir em determinados ramos, como a produção de celulose.

Nesse sentido, na década de 1930 a crescente dificuldade de se importar tanto papel quanto celulose para as fábricas, acentuou a necessidade de financiar investidores interessados em investir na produção de celulose e papel. A formação da empresa IKPC S/A, durante a década de 1930, surgiu nesse contexto econômico-social. A partir da Segunda Guerra,²⁸ a construção

posição no Segundo Governo Vargas, quando Horácio Lafer foi nomeado Ministro da Fazenda (exercício de 01/02/1951 a 15/06/1953). A Pasta da Fazenda era, decerto, um expressivo espaço da sociedade política e sintetizou a coroação simbólica de Lafer como uma das lideranças orgânicas da fração de classe industrial da qual ele era uma das lideranças de destaque, ao lado de Wolff e Samuel Klabin.

²⁸ A teoria dos choques adversos destaca que ela não pode ser analisada como uma teoria de interpretação geral. Acreditamos que ela pode ser uma valiosa chave interpretativa para as crises externas suscitadas pela depressão dos anos 1930 e pela II Guerra Mundial que, ao dificultar a importação de máquinas e artigos como celulose e papel, acabou incentivando o Estado Restrito a criar medidas que atraíssem empresários dispostos a arriscar seu capital na construção dessas fábricas. No caso estudado, a documentação indica que a crise que resultou da conflagração do conflito mundial em 1939, fez com que Getúlio Vargas buscasse, através do empresário Francisco de Assis Chateaubriand, contato com industriais dispostos em investir em indústrias de celulose e papel. Quando apresentado a Wolff Klabin e Horácio Lafer por Chateaubriand, temeroso da relutância dos sócios mais antigos da KIC em investir em uma grande indústria em um período de guerra, o presidente chamou a atenção de Wolff e Horácio para a importância do projeto e salientou a necessidade do mercado interno, persuadindo-os a convencer

da referida fábrica da Klabin (e provavelmente outras no mesmo período), beneficiou-se do evidente interesse do Estado em criar políticas de financiamento para empresários interessados em investir nas fábricas de celulose e papel. Em relatório do Banco do Brasil de 18 de abril de 1936, consta que entre a importação de mercadorias de 1935, essa instituição bancária havia efetuado a “cobertura de 50% do valor do papel importado e destinado à imprensa [cujo valor totalizava] £ 76.198.”²⁹ Tratava-se de um alto custo, bastante difícil de ser sustentado a longo prazo. Portanto, torna-se compreensível as condições que levaram a KIC a se interessar em arriscar seu capital na construção de uma fábrica de celulose e papel: o interesse e o apoio do Estado Restrito. Fato que levou, em maio de 1940, João Alberto Lins de Barros a viajar para a Inglaterra e, posteriormente, para Chicago, nos EUA, onde visitou as instalações de uma fábrica de papel jornal.

A ascensão empresarial da segunda geração foi profundamente influenciada pela relação que os Klabin-Lafer estabeleceram com Getúlio Vargas, chefe do governo. Outra variável importante foi o choque adverso sofrido pela economia brasileira durante a Segunda Guerra. Diante da dificuldade de se importar celulose, acentuou-se a necessidade de investir na ampliação de fábricas nacionais. Conforme correspondência de Mario Santos, remetida de São Francisco (EUA) a Oswaldo Aranha, datada de 15 de junho de 1937, houve uma tentativa de se atrair para o Brasil duas grandes fábricas de papel – a *Crown Willamette Paper* e a *Zellerbach* –, com finalidade de atender a demanda do mercado interno de papel de embrulho e para usos sanitários. No referido documento, Santos escrevia dizendo que pediu “ao John Thompson que escrevesse o artigo [...] a fim de evitar que

os demais. SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 25-30.

²⁹ Acervo Arquivo Centro Cultural Banco do Brasil – RJ. *Relatório do Banco do Brasil: apresentado à Assembléia dos Acionistas na Sessão Ordinária de 18 de Abril de 1936*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comércio, Rodrigues & C., 1936. p. 19.

duas grandes indústrias de papel escolhessem a Argentina para montar suas fábricas.”³⁰

A eclosão do conflito em 1939, dificultou não somente a importação de matéria prima para abastecer as fábricas de papel já existentes no Brasil como, também, tornava arriscado o investimento na construção de complexos industriais no país. A KIC foi favorecida por essa conjuntura, pois não havia somente a necessidade governamental de apoiar industriais que estivessem dispostos a investir em tal complexo fabril como, inclusive, muitos empresários de vários setores dependiam da construção de fábricas que produziriam artigos de papel. Como, por exemplo, papel para embalagens, papel imprensa e papel para abastecer o mercado editorial e gráfico.

Ainda em 1937, havia resistência do proprietário da Crown Willamete Paper e Zellerbach³¹ em arriscar seu capital investindo na construção de fábricas no Brasil, conforme informou o cônsul Mario Santos a Oswaldo Aranha:

De fato, chego ao meu conhecimento que a Crown Willamette Paper e a Zellerbach tinham planos assentados para a montagem de fábricas na América do Sul. O Brasil apresentava mais vantagens econômicas, porém os boatos sobre a situação política amedrontavam os interessados que já estavam inclinados a escolher a Argentina. Só a Crown Willamette Paper exporta anualmente daqui 400 mil dólares de papel para embrulhar laranjas e usos sanitários. Com um discurso na Foreign Trade Co. e o artigo do Thompson desempatei a corrida e dei a vitória ao Brasil que economizará, cerca de 600 mil dólares por ano.³²

³⁰ CPDOC/FGV-RJ – Arquivo Oswaldo Aranha. OA. 37.06.15/1CP.

³¹ O proprietário era James David Zellerbach, que incorporou a indústria Crown, fundando a Crown Willamette e formando, posteriormente, a Crown-Zellerbach. Disponível em: <<http://www.nndb.com/company/779/000117428/>>. Acesso em: 19 abr. 2007.

³² Acervo Cpdoc/FGV – RJ. Arquivo Oswaldo Aranha. OA.37.06.15/1CP.

O interesse do governo federal, em estimular o desenvolvimento de uma cidade-empresa destinada à fabricação de celulose e papel, fez com que se buscasse investidores fora do país, conforme indica a fonte supracitada. Foi no pós-1930 que surgiram complexos industriais voltados para a produção de celulose em grande escala. O projeto das IKPC resultou numa company-town surgida no período para produzir celulose em escala industrial. O choque adverso resultado da guerra estimulou o crescimento e a ampliação de capacidade produtiva das unidades fabris aqui instaladas, entre as quais destacamos a *Companhia Fabricadora de Papel* (subsidiária da *Klabin Irmãos & Cia*) e a construção de um mega complexo urbano-industrial da Klabin no Estado do Paraná, em sociedade com a firma *Monteiro Aranha Cia Ltda*.

Isso implica afirmar que a história da atividade industrial da KIC sob a liderança da segunda geração está fortemente relacionada com o contexto institucional – e, portanto, político-social – fortemente marcado pela centralização orgânico-política de um bloco no poder que, contando com o apoio, entre outras classes, da burguesia industrial, criou as condições para a formação do Estado Autoritário que encontrou representação na figura de Vargas.

Nesse sentido, a forma como seu deu a participação de Wolff Klabin e Horácio Lafer nos pontos de interseção entre a sociedade política e a sociedade civil nos permite perceber o modo pelo qual os dois burgueses industriais encontraram as condições para se tornarem, como intelectuais orgânicos, os artífices de uma engenharia política da hegemonia.

Nesse caso, a atuação de Wolff e Horácio nas instituições da sociedade civil e da sociedade política relaciona-se com a sociogênese de um projeto político estratégico para construção da hegemonia da classe industrial. A presença de Wolff Klabin na Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal foi o momento em que esse empresário exerceu a função de intelectual aplicada ao sentido ético-político da construção da hegemonia³³

³³ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 20.

a partir da referida associação de classe. A aproximação de Wolff com figuras políticas como, por exemplo, Francisco de Assis Chateaubriand, Manuel Ribas, Numa de Oliveira, Oswaldo Aranha e, inclusive, o presidente Vargas, permitiu-lhe o acúmulo de um forte capital político, materializado no prestígio conquistado.

Durante os anos 1930, o governo Manuel Ribas efetuou significativas melhoras infraestruturais no Estado do Paraná, das quais o empreendimento fabril da Klabin, naquele Estado, muito se beneficiou. Consta em seus relatórios que, no período de 1932 a 1939, efetuara-se um gasto de 19.336:704\$800 tanto na manutenção, quanto na construção de estradas de rodagem no Estado.³⁴ Portanto, nos parece certo inferir que isso foi um excelente atrativo para a S/A IKPC, que foi contemplada como empresa investidora naquele Estado com criação de uma infraestrutura adequada ao escoamento da produção.

Embora a KIC fosse uma empresa comercial e industrial bem conhecida, ela disputava a posição de dominação com grupos fortes. Durante as duas primeiras décadas do século passado, muitas fábricas desenvolveram-se a partir da iniciativa empresarial, assim

a indústria de papel se concentrou nas mãos de grandes investidores, em geral, de origem familiar. A maioria dos precursores da indústria do papel no Brasil já possuía experiência anterior em serrarias, tipografias, revendedoras de papel e importadoras de material para escritório. Nomes de famílias como Adami, Aidar, Bonet, Bressler, Celani, Cícero Prado, De Zorzi, Derani, Ermírio de Moraes, Feffer, Haidar, Justo, Klabin, Mandelli, Matarazzo, Melchert, Miguel Forte, Morganti, Novacki, Oliveira, Pisani, Piti, Racy, Ramenzoni, Ribeiro Parada, Silva Gordo, Tannuri, Tedesco, Trombini, Tuffy Habid, Velhino, Weizsflog, Zarzur e Zogbi ganharam destaque neste setor.³⁵

³⁴ Acervo da Biblioteca do Ministério de Fazenda, Rio de Janeiro. *Estado do Paraná. Relatório apresentado a S. Excia. o Snr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo Snr. Manoel Ribas, Interventor do Estado do Paraná. Exercício de 1932 a 1939.* p. 9.

³⁵ *A História da Indústria de celulose e papel no Brasil.* Edição: Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel. s./d. p. 34.

Frente a um cenário repleto de competidores no meio industrial, os Klabin-Lafer precisavam acumular, no círculo das relações sociais, um capital político que lhes permitisse projetar suas pretensões para além do campo econômico. Para ser mais exato, era preciso bem mais do que manter uma posição de liderança empresarial, era preciso fazer-se liderança orgânica no Estado Integral. Os anos 1930 e 1940 criaram tais condições para muitas frações de classe industrial, período em que a KIC conseguiu apoio político para investir na construção das IKPC.

As décadas de 1930 e 1940 representaram uma áurea fase para a Klabin, pois nessa fase a burguesia industrial brasileira interessada em investir no setor produtivo de transformação foi contemplada com significativas políticas fiscais e creditícias. O grupo industrial pesquisado expandiu muito seu ramo de negócios nesse período. Sobre o crescimento industrial referente ao triênio de 1934-1937, Abreu nos diz que:

O desempenho medíocre da agricultura contrasta com o dos demais setores, em particular com o da indústria. Enquanto o produto agrícola cresceu poucos mais de 2% ao ano em 1934-37, o produto industrial cresceu mais de 11% ao ano. Os gêneros não-tradicionais (borracha, papel, cimento, metalurgia, química), bem como a indústria têxtil, expandiram-se a taxas superiores à média industrial.³⁶

Nesse período, os investimentos do grupo Klabin-Lafer em empreendimentos industriais deram um salto, investindo a KIC nos seguintes setores produtivos: porcelanas (*Manufatura Nacional de Porcelanas S/A* – 1936), celulose e papel (*Indústrias Klabin do Paraná* – 20 de outubro de 1934). No final dos anos 1940, o grupo ampliou os investimentos para o setor pecuário (*Pecuária Paranaense Ltda* – 28 de junho de 1944) e, ainda, assegurou o

³⁶ PAIVA ABREU, Marcelo de. *Crise, Crescimento e Modernização Autoritária: 1930-1945*. In: PAIVA ABREU, Marcelo de (org.). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. 18ª Tiragem, Rio de Janeiro: Elsevier-Campos, 1990. p. 73-104.

fornecimento do caolim³⁷ para sua fábrica de porcelanas, através da obtenção do controle acionário da *Empresa de Caolim Ltda* – 12 de outubro de 1943.³⁸

Não podemos perder de vista que a expansão do grupo Klabin-Lafer está diretamente ligada à ascensão do Estado Autoritário que se consolidou com o golpe de 1937. A expansão dos negócios da KIC ocorreu simultaneamente ao crescimento de seu prestígio político e social. É interessante observar que, enquanto Wolff Klabin buscou atuar em associações de classe na capital federal, Horácio Lafer o fez em São Paulo. Ambos buscavam ampliar as bases de uma dominação a partir de instituições sociais que eram bastante representativas na vida social da burguesia industrial. O primeiro agia no território da capital política da república e o segundo, na ‘capital’ da indústria – cidade de São Paulo –, em espaços que eram centrais para que os dois industriais acima citados criassem as condições orgânicas para suas aspirações políticas.

A atuação em agências da sociedade civil da classe industrial localizadas na capital federal oferecia, para Wolff Klabin, a vantagem de estar próximo ao Catete e do presidente Vargas, com quem ele se encontrou muitas vezes. Por que não ficar próximo de um chefe de governo que, conforme se sabia, poderia apoiar a construção de um complexo urbano industrial produtor de celulose voltado para abastecer o mercado interno usando matérias primas brasileiras, como era o caso do pinho do Paraná?

Cumprir observar que, em 1936, Horácio Lafer cumpria seu mandato como deputado classista, o que nos leva a concluir que Wolff foi informado pelo primo sobre o conteúdo das mensagens que o presidente enviava. Sendo o Legislativo uma importante instituição da sociedade política, Lafer ocupava seu lugar num espaço central para que ele e o primo consolidassem uma etapa decisiva na sua formação enquanto lideranças industriais e, para

³⁷ Matéria prima para a produção de porcelana.

³⁸ *Evolução da Estrutura Administrativa do Grupo Klabin (1899-1999)*. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

isso, era muito importante para o grupo Klabin-Lafer estreitar relações com o chefe do governo. As mensagens do presidente Vargas para o Legislativo, que citamos acima, abordam, ainda, a situação do setor produtivo do papel e sua importância:

De elevada expressão econômica é a indústria de papel no Brasil, que tem 27 fábricas em funcionamento, distribuídas pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Distrito Federal. [...] As fábricas de papel ainda importam a celulose, do Canadá, dos países escandinavos e da Finlândia. O desenvolvimento da indústria, porém, despertou entre nós, interesse pelo estudo da matéria prima, que já é extraída de vegetais indígenas em condições favoráveis. Varias fábricas empregam em larga escala, (...) o pinho do Paraná e bambu, sendo de notar que outras constituirão, dentro de pouco tempo, grandes reservas de aproveitamento.³⁹

A conjuntura da primeira metade dos anos 1930 teve, para a burguesia industrial, grande importância política e econômica. Tal ocorrência não se dava somente por conta de uma presença mais ativa do Estado no subsídio ao setor produtivo industrial, mas também devido à ativa participação política da burguesia industrial na sociedade política, pressionando para a implementação de políticas direcionadas a atender seus interesses de classe.

Não foi um processo que ocorreu na ausência de contendas entre as classes industriais, em disputa por uma maior participação e influência nas decisões estratégicas referentes à expansão do capitalismo industrial no Brasil, sob o comando da classe dirigente que assumiu, com os desdobramentos da revolução passiva ocorrida em 1930, o comando do aparelho estatal. Entretanto, se por um lado a burguesia industrial não encontrou condições para fazer-se classe hegemônica durante o “processo de instauração

³⁹ Acervo da Biblioteca do Ministério de Fazenda, RJ. República dos Estados Unidos do Brasil. *Mensagem apresentada ao Poder Legislativo em 3 de maio de 1936 pelo Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1936. p. 176.

de uma nova ordem econômica e social, [por outro] foi um ator estratégico do esquema de alianças que permitiu a consolidação e o amadurecimento do novo regime.”⁴⁰ Os aparelhos privados desempenharam um papel central na organização da vontade política das classes industriais, por meio deles ampliou-se as condições para formular os fundamentos ético-morais que orientariam a ação coletiva. Assim, as

associações de classe, acima dos interesses imediatos das categorias econômicas envolvidas, visavam exercer pressão e influência sobre o Estado e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares.⁴¹

Até no golpe do Estado Novo, que fechou para as classes sociais a possibilidade de continuar exercendo as atividades políticas representativas da democracia liberal, Horácio Lafer foi bastante ativo no exercício de seu mandato de deputado classista. No entanto, o autoritarismo estadonovista não impediu as atividades políticas de Lafer, que manteve sua ação política na sociedade civil e, a partir de 1943, tornou-se membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças. Com a crise do liberalismo e o fechamento das legendas partidárias, a luta da burguesia industrial pela hegemonia encontrou, nos órgãos técnicos e consultivos que integraram parte ativa da sociedade política durante o período de 1937-1945, os espaços estratégicos apropriados para sua participação na sociedade política.

A complexa articulação dos empresários industriais com estruturas político-sociais e ideológicas que deram forma e conteúdo a este Estado Autoritário, através de suas associações de classe e órgãos técnicos e consultivos, permite-nos compreender como foi a sua participação como agente social ativo nas formulações políticas que influenciaram, pela apresentação

⁴⁰ DINIZ, Eli. *Empresariado, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 95.

⁴¹ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. Ed. São Paulo: Globo, 2006. p. 240.

de pareceres às instituições de Estado Restrito, as políticas de governo, mormente sobre questões trabalhistas, sindicais e referentes à política econômica. 1930 foi uma Revolução Passiva orquestrada pelas classes dominantes que, gradativamente, criaram as condições para que a burguesia industrial se tornasse hegemônica sobre a burguesia agrária. Em um Estado Autoritário, onde há ausência de instituições políticas representativas, a rede de amizades e contatos estabelecidos a partir da sociedade civil assume um caráter decisivo nas relações de poder na luta pela hegemonia.

Amigos politicamente influentes podem facilitar as conexões sociais com determinados espaços da sociedade política. Esse papel coube a Francisco de Assis Chateaubriand, aliado de Wolff Klabin e Horácio Lafer. A relação amistosa estabelecida entre esses empresários resultou para a KIC, não apenas no amparo fornecido pelo prestígio, poder e influência que tinha Assis Chateaubriand, como também o poder fornecido pela colossal estrutura empresarial dos *Diários Associados*, capaz de proteger a Klabin dos grupos rivais. Em 11 de fevereiro de 1938, foi publicado um artigo de autoria de Chateaubriand no qual ele abordava a importância do reflorestamento. O conteúdo da fonte deve ser contextualizado adequadamente, pois naquela conjuntura, empresários industriais do setor do papel estudavam, pesquisavam e experimentavam métodos de utilização de fibras de madeiras nativas na produção de papel. Considerando a posição de liderança que São Paulo já dispunha como a capital industrial do país, não é de causar estranhamento que o artigo abordasse o problema do reflorestamento em São Paulo. Assim, o artigo menciona que

É uma vergonha que um Estado que adquire o nível de crescimento de São Paulo não disponha na maioria dos seus municípios, de viveiros florestais para a distribuição gratuita aos agricultores. Aos fazendeiros e criadores cumpre impor a obrigação do reflorestamento, sobretudo nas cabeceiras e nas margens dos cursos d'água.⁴²

No artigo, Chateaubriand chama a atenção do governo

⁴² CHATEAUBRIAND, Assis. *O Pensamento de Assis Chateaubriand*. Artigos publicados em 1938. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999, v. 15, p. 144.

do estado de São Paulo para que, através de suas agências, desse maior atenção à valiosa fonte de recursos econômicos do patrimônio florestal brasileiro. Dois anos antes, em 1936, em mensagem encaminhada ao poder Legislativo, o presidente Getúlio Vargas mencionava a questão das reservas vegetais. Vargas tinha sido informado por Agamenon Magalhães, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, sobre a viabilidade do uso de fibras de vegetais brasileiros para fabricar celulose.⁴³

Do ponto de vista político-empresarial da Klabin, assim como as demais classes industriais, o grupo estava empenhado em uma contenda que estabeleceria conexões entre sua ação econômica e sua atuação política nos aparelhos de Estado, assegurando uma posição estratégica nas instituições capazes de organizar a luta e a dominação política. A relação com Assis Chateaubriand, que não deixava de ser uma relação de interesses entre empresários, criava para a *Klabin Irmãos & Cia* maiores condições de expansão política no complexo superestrutural do Estado Integral, uma vez que o grupo se beneficiava da influência que dispunha este empresário. As audiências de Chateaubriand com o presidente Vargas abriram caminho para uma aproximação entre Wolff Klabin, Horácio Lafer e o chefe de governo. O que facilitou, através do Banco do Brasil, o financiamento tanto para a compra da propriedade no Paraná, onde foi construída a cidade-empresa das IKPC, quanto para a importação do maquinário, em sua maioria, comprado dos EUA.

A aproximação dos dois empresários supracitados com o presidente Vargas facilitou para a KIC a obtenção dos empréstimos e do crédito para financiar a compra da fazenda Monte Alegre junto ao Banco do Estado do Paraná, contando com o incentivo do Banco do Brasil. Assim, na ata da reunião da diretoria do BEP,

⁴³ Acervo da Biblioteca do Ministério de Fazenda, Rio de Janeiro. *O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a Sua Função na Economia Brasileira. Exposição que acompanha o Relatório apresentado ao Senhor Presidente da República Doutor Getúlio Vargas pelo Ministro Agamenon Magalhães*, relativo ao exercício de 1935. Rio de Janeiro, 1936. p. 53.

realizada em 8 de outubro de 1938, consta o registro de seguinte negociação entre as duas instituições financeiras:

ato de assinatura do contrato, que se realizará a dez do corrente mês, o Banco do Estado do Paraná cederá, por procuração em causa própria o direito ao Banco do Brasil de receber as prestações mensais das Indústrias Klabin do Paraná, prestações essas referentes ao contrato de compromisso de compra e venda da Fazenda Monte Alegre, celebrado entre o Banco e as referidas Indústrias; o Estado do Paraná, por sua vez, a proporção que esses recebimentos forem efetuados pelo Banco do Brasil, reembolsará o Banco do Estado do Paraná das quantias recebidas; o total do crédito cedido, [no valor de] rs. 4.100:000\$000.⁴⁴

Considerando o acontecimento de 1930 no Brasil como uma revolução passiva, o golpe de 1937 foi seu inevitável desdobramento político-social, uma vez que naquela instável conjuntura não havia possibilidade de encontrar um equilíbrio político para o bloco no poder sem que isso fosse feito através de uma liderança que fosse capaz de estabelecer o equilíbrio social, político e econômico desejado pelas classes dominantes para a manutenção de seus interesses. A trajetória social de Wolff Klabin e Horácio Lafer no período de 1930-1945 e suas relações estreitas com o chefe do governo está inserida nesse contexto histórico. Havia, da parte do presidente Vargas, interesse em incentivar a produção industrial nesse setor produtivo, temendo uma escassez na importação de papel imprensa, sem o qual era inviável o funcionamento da máquina publicitária do Departamento de Imprensa e Propaganda.

Incentivar a fabricação de celulose e papel vinha de encontro aos interesses de muitas classes burguesas que, por motivos diversos, seriam prejudicados com a falta dos produtos. Não é mero acaso de Assis Chateaubriand, magnata de uma rede de

⁴⁴ *Ata da reunião da Diretoria do Banco do Estado do Paraná*, realizada em 8 de outubro de 1938. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

empresas jornalísticas, ter sido um dos grandes incentivadores da construção do complexo urbano-industrial da KIC no estado do Paraná. Com a finalidade de conhecer fábricas produtoras de celulose e papel em grande escala e, inclusive, de se informar sobre os métodos produtivos utilizados por essas indústrias, Vargas enviou João Alberto Lins de Barros⁴⁵ em missão diplomática aos EUA e Canadá. Com o propósito de escrever um estudo comparativo sobre o valor econômico do pinho do Paraná, ele visitou as instalações dessas fábricas, que produziam usando o pinho como matéria-prima.⁴⁶

Para que o Estado conseguisse estimular a iniciativa privada a arriscar seu capital na produção de um complexo fabril durante um período de guerra, repleto de riscos na importação dos bens de capital necessários ao investimento, seria preciso oferecer compensações atrativas para a burguesia industrial. No caso do grupo Klabin, as facilidades de crédito e de cobertura cambial, assim como a disponibilidade de um mercado interno para a produção de celulose e papel imprensa nas IKPC foram bastante persuasivos.

Ao ficar evidente a importância estratégica do patrimônio florestal, a sociedade política tomou medidas no sentido de proteger os interesses das classes burguesas que tinham condições de explorar os recursos vegetais para suprir as demandas de uma economia urbano-industrial em expansão. A proteção aos recursos das reservas florestais, com os quais, sabia-se que era possível produzir celulose e papel, indicava para os industriais do setor que as agências do Estado Restrito implementariam políticas que protegeriam áreas florestais destinadas a abastecer as fábricas de celulose e papel. A viabilidade de uma exploração sistemática do potencial econômico dos pinheirais no Estado do Paraná

⁴⁵ Lins de Barros era presidente da Comissão de Defesa da Economia Nacional, criada em fins de setembro de 1939 para defender os interesses da economia brasileira, diante de Segunda Guerra Mundial. CONY, Carlos Heitor; LAMARÃO, Sergio. *Wolff Klabin: a trajetória de um pioneiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 128.

⁴⁶ Cpdoc/FGV-RJ. Arquivos Getúlio Vargas. GV.40.05.31/1

colocava o grupo Klabin sob os cuidados do governo Vargas. As IKPC S/A surgiam como possuidoras de uma colossal fonte de matéria-prima.

Assim sendo, a grande frente de batalha enfrentada pela KIC tinha como meta a expansão político-social no complexo superestrutural formado pelas agências do Estado Integral. Tendo em vista tal objetivo, Wolff Klabin e Horácio Lafer participaram ativamente das instituições sociais em que a burguesia industrial elaborava suas estratégias e organizava a vontade política da classe visando criar as bases da hegemonia.

Isso dependia de uma organização política, que vinha se desenvolvendo a partir dos aparelhos privados das classes industriais desde 1904,⁴⁷ e que foi essencial para a organização dos empresários industriais tendo como finalidade a defesa de seus interesses junto à sociedade política. As associações industriais foram os órgãos pelos quais a burguesia industrial, na condição de uma nova classe social urbana, buscou criar as condições para se inserir na estrutura estatal e aumentar, com isso, o seu poder político-social. As relações de força entre intraclasses dominantes na luta pela hegemonia precisam, inevitavelmente, obter a chancela do Estado Restrito para legitimar seus interesses, atribuindo-lhes o status de interesse nacional. Para a Klabin, a conjuntura que se abriu a partir de 1940 fez com o grupo fosse favorecido pela sua rede de aliados na luta pelo poder no complexo superestrutural formado pela sociedade civil e sociedade política.

⁴⁷ A criação, em 1904, do Centro Industrial do Brasil (CIB), constituiu um momento importante para a organização política da burguesia industrial. O CIB se originou a partir da fusão de duas associações de classe: a Sociedade Auxiliadora de Indústria Nacional (1827-1904) e o Centro de Fiação e Tecelagem do Algodão (1902-1904). O CIB foi a primeira associação de classe industrial a adquirir “caráter permanente” em sua organização, sem estar sujeito a “interferência estatal.” Ele permaneceu ativo até 1931, quando a legislação sindical daquele ano impôs a organização corporativa, surgindo daí a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. p. 62-64. Cf, ainda, MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.